



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM MARITUBA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE SEUS FATORES CONDICIONANTES

Isabel Cristina das Neves Oliveira

Universidade Federal do Pará – UFPA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UFPA

Isabel.oliveira@dprf.gov.br

Jaime Luiz Cunha de Souza

Universidade Federal do Pará – UFPA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UFPA

Mestrado Profissional em Defesa Social e Mediação de Conflitos – MPDSMC/UFPA

Faculdade de Ciências Sociais- FCS/UFPA

jaimecunha@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Neste texto, investigamos os fatores condicionantes do fenômeno da violência sexual infanto-juvenil no município de Marituba, Estado do Pará, Brasil. Localizada na mesorregião metropolitana de Belém, capital do Pará, Marituba é considerada uma cidade-dormitório¹. Cortada por uma rodovia federal - a BR-316 - que atrai crianças e adolescentes para as suas margens, ali permanecendo em situação de vulnerabilidade. Este município figura entre as 100 cidades mais violentas do país, estando em 39º lugar no número de homicídios juvenis nos municípios com 10 mil jovens ou mais, e em 66º lugar no número de homicídios da população total nos municípios com 10 mil habitantes ou mais². Os primeiros resultados do Censo 2010 no município de Marituba revelam uma população com 108.246 habitantes em um município com menor extensão territorial do Estado do Pará – 103,343 Km², proporcionando a 3ª densidade demográfica do Estado (cerca de 1.047,44 hab. Km²). Os

¹. Segundo Ojima et al., a definição de cidade-dormitório não é um consenso. O termo cidade-dormitório surge na literatura brasileira quando se trata “de analisar os processos sociais e demográficos que se desenham dentro dos contextos metropolitanos”. O termo “cidade-dormitório” está vinculada a processos de “marginalização e periferização da pobreza nos contextos metropolitanos”, relacionando-se intimamente com processos demográficos e sociais que ocorrem principalmente em regiões metropolitanas como é o caso do município de Marituba. Ojima (2007) aponta que o surgimento da noção de cidade-dormitório àqueles estudos urbanos que trabalhavam sobre perspectiva dicotômica “centro-periferia”.

² Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil, Ministério da Justiça.



dados também demonstram existir em Marituba uma população urbana e uma pequena população rural de 1.122 pessoas. No município, localiza-se uma das maiores áreas de ocupação da América Latina, o Bairro Almir Gabriel (antiga Invasão “Che Guevara”).

Esta pesquisa pretende analisar os dados de violência sexual tendo em vista o conceito de violência sexual estabelecida nos estudos de Azevedo e Guerra, que criaram um programa de atendimento às vítimas e seus familiares a partir da compreensão da dinâmica, características e de uma teoria sobre o fenômeno. Guerra e Azevedo estabeleceram violência sexual como:

Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. e adolescente, ou utilizá-lo para obter satisfação sexual. (GUERRA; AZEVEDO, 2007, p. 42)

É importante considerar que a criança e o adolescente neste tipo de violência são sempre vítimas e jamais culpados e que é uma das formas de violência mais graves porque afeta física e emocionalmente a vítima. Neste sentido, a violência sexual é entendida como a dominação da sexualidade, que invade a integridade sexual de uma pessoa. Pode-se dizer que quando a violência sexual ocorre contra crianças e adolescentes, configura-se um crime contra a humanidade devido sua fragilidade e impotência. A violência sexual divide-se em Abuso Sexual e Exploração Sexual. A exploração sexual infanto-juvenil apresenta-se em quatro modalidades – prostituição, prostituição e exploração sexual no contexto do turismo, pornografia e tráfico para fins sexuais, definidas pela EPCAT³⁵ e adotados universalmente a partir do I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes realizado em Estocolmo em 1996. Essas formas assim definidas, sofrem constantes mudanças devido o surgimento de novas demandas de acordo com o avanço tecnológico e do uso da rede mundial – internet. A exploração sexual apresenta fatores diferentes em cada região. Nas rodovias federais, verifica-se que além da exploração sexual nos pontos mapeados, observa-se que as famílias aceitam que homens mais velhos transportem suas crianças para ir de um lugar a outro, mediante troca por dinheiro ou outro favor qualquer, querendo acreditar que é o melhor para elas. Nesse contexto, os princípios

³ EPCAT- End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking, Children for Sexual Purposes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

morais tradicionais fragilizam-se ou rompem-se em nome da sobrevivência. O município de Marituba apresenta esse cenário, pois está localizado às margens da Rodovia BR 316. Assim, o grande fluxo de veículos de carga, favorece a circulação constante de mercadorias e dinheiro e atrai crianças e adolescentes como uma estratégia de sobrevivência. O constante fluxo de caminhões gerou à margens da BR-316, dentro do município de Marituba, a formação de centro especializado de serviços para este segmento. O inchaço e as áreas de ocupações desordenadas geram bolsões de pobreza da cidade. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes surge, assim, porque o município não só está estrategicamente localizado como passagem de caminhões com pessoas de todo o Brasil, como também graças a ausência de oportunidades e igualdade para elas. Nesta perversa face do capitalismo, meninos e meninas oferecem o corpo em rodovias federais ora porque a mídia diz que ela(e) oferecer o corpo é uma forma de inserção no mundo do capital, ora para sustentar a própria família e a si mesmos. Há uma valorização do corpo do jovem que não mais ocupa o próprio corpo. Então, o corpo deles é usado e eles vão se desapropriando do sentido de domínio dele que é explorado para a satisfação sexual dos adultos em troca de algo.

Para os propósitos deste trabalho, consideraremos o conceito de “subcidadania” para a realização da análise social das crianças e adolescentes vítimas do fenômeno da violência sexual. Segundo Souza (2003, p.51) existe no imaginário social brasileiro uma crença de que o povo brasileiro se configura como homogêneo, emocional, que remete ao “jeitinho brasileiro”. Tal característica seria independente de classe social. Todos sendo semelhantes, onde a única diferença é a renda, mas esse problema seria resolvido pelo progresso econômico. O crescimento econômico, assim, seria capaz de resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania. Porém, apesar de o Brasil ter sido o país em que ocorreu o maior crescimento do globo, entre 1930 e 1980, não fez com que as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania desaparecessem ou fossem alteradas. Mesmo na nação mais rica do Globo – Os Estados Unidos da América – não houve uma homogeneização significativa, uma idéia generalizada de cidadania apenas com o desenvolvimento econômico, porque nesta nação ainda há desigualdade e exclusão. Em sua obra Jessé de Souza busca



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

entender por que ocorreu o processo de naturalização da desigualdade em países periféricos como o Brasil. Para o autor, estudar a naturalização da desigualdade periférica pode contribuir para perceber a desigualdade social como a principal contradição da sociedade brasileira (SOUZA, 2006), onde o autor demonstra:

Como a naturalização da desigualdade social e a consequente produção de “subcidadãos” como um fenômeno de massa em países periféricos da modernização recente como o Brasil, pode ser mais adequadamente percebida como consequência não de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que se implante paulatinamente no país, a partir do início do século XIX. (SOUZA, 2004, p.79).

Essa constatação permanece ainda hoje nas periferias das cidades brasileiras, em que muitas famílias encontram-se em condições que ferem a dignidade da pessoa humana, tidas como populações ociosas em que impera a criminalidade e a vagabundagem. Por conseguinte, essas comunidades estigmatizadas, com a condição de subcidadania, apresentam consideráveis índices de violência sexual. Então, buscamos investigar em que medida a influência econômica e moral que gera a subcidadania, segundo Souza, influenciam ou facilitam a vulnerabilidade de crianças e adolescente que propicia os casos de violência sexual.

Esta pesquisa utilizará como instrumento aferidor das condições sociais das crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência sexual o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em suas dimensões Renda, Habitação, Educação e Saúde. A análise das condições de desenvolvimento humano das vítimas utilizará a discussão teórica que cerca a análise de desenvolvimento humano para as condições ideais de vida com o mínimo de dignidade. Criado pelas Nações Unidas para contrapor o critério anterior que apenas avalia o desenvolvimento econômico para medir o desenvolvimento humano de um país, o IDH, visa medir a qualidade de vida, levando em conta outros dados como saúde e educação, além do próprio PIB (Produto Interno Bruto), único parâmetro considerado anteriormente, o que possibilita uma avaliação mais próxima das condições que favorecem o acesso a possibilidades mais básicas para os indivíduos, capazes de situá-los em condições



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

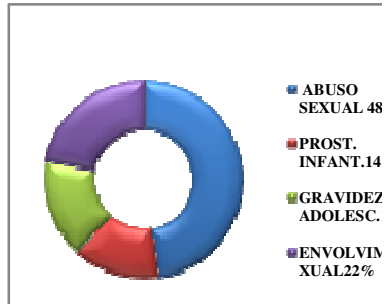
mínimas de dignidade e padrão de vida. Nessa perspectiva, o IDH passou a ser um modo de aferição generalizada para a análise do avanço de uma população à medida em que, ao avaliar também características sociais, culturais que podem refletir diretamente na qualidade de vida humana, eles podem ser utilizados como instrumento de comparação entre os países do mundo e localidades. Desta maneira, significa que morar em uma sociedade de um país com altos índices de desenvolvimento humano implica em ter acesso a mais oportunidades econômicas, educacionais, culturais e de políticas públicas. Então, é importante a utilização do IDH nesta pesquisa para oportunizarmos e proporcionarmos a discussão sobre o dimensionamento da violência sexual no município de Marituba e, por extensão, como uma projeção para o Estado do Pará, a partir do dimensionamento do grau de vulnerabilidade das populações em risco, bem como reforçar o enfrentamento por meio da revelação e da denúncia dos seus aspectos nocivos como a tolerância, a falta de oportunidades e políticas públicas direcionadas para o público infanto-juvenil, desencadeando práticas sociais que levam à violação, exploração e opressão de crianças e adolescentes.

A seguir, apresentaremos algumas figuras e quadros que demonstram os parâmetros da situação no município.

PERFIL DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM MARITUBA

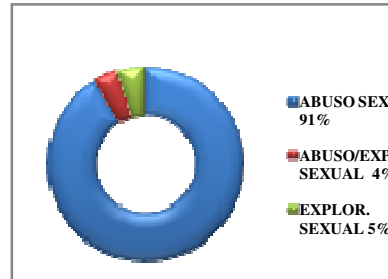
A presente pesquisa objetiva caracterizar os casos de violência sexual registrados no município de Marituba.

FIGURA 1: VIOLÊNCIA SEXUAL EM MARITUBA EM 2010.



Fonte: Conselho Tutelar de Marituba

FIGURA 2: VIOLÊNCIA SEXUAL EM MARITUBA EM 2010



Fonte: CREAS de Marituba

Um levantamento realizado no conselho tutelar (Figura 1) demonstra que ocorreram 105 casos envolvendo a sexualidade de crianças e adolescentes no município. É necessário destacar que em 48% dos casos – quase a metade – são relativos a ocorrências de abuso sexual. Mas, não pode passar despercebido os 14% (15 casos) de prostituição infantil, levando-nos a concordar com (GUERRA,1993): deixa de ser uma questão de intimidade e passa a ser uma questão social. Devemos, ainda, considerar que ainda existe um baixo número de denúncias e de registros desse tipo de violência, o que é preocupante. Os dados revelam, ainda, 22% de gravidez na adolescência e 16% de envolvimento sexual na adolescência, podendo significar uma relação ou um silenciamento de casos de abuso ou exploração sexual.

Já os dados existentes no CREAS de Marituba (Figura 2) registram apenas 4 casos de exploração sexual e apresentam uma nova situação, a coexistência do abuso e da exploração sexual na mesma ocorrência que procuraremos desvendar como ocorre. O numero de abusos é significativo se considerarmos que ocorreram em um ano teremos uma média de 3,4 crianças abusadas por mês no município, o que nos leva a imaginar quantas crianças e adolescentes não chegam a ter a violência que sofrem não reveladas e a suportam sem ver uma atitude de adultos para retirá-las dessa ameaça.

PERFIL DO ABUSADOR

QUADRO 1: VÍNCULO DO AGRESSOR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL, EM MARITUBA, NO ANO DE 2010.



VÍNCULO DO AGRESSOR	COR / RAÇA			Nº DE CASOS
	BRANCA	PARDA	NEGRA	
TIO	1	-	1	2
PAI	-	16	3	19
DESCONHECIDO	-	3	-	3
VIZINHO	-	7	-	7
PADASTRO	3	-	1	4
CONHECIDO	4	6	1	11
TOTAL	8	32	6	46

Fonte: CREAS do município de Marituba

Constata-se aqui, segundo Souza (2003, p. 56) “a não socialização adequada de nenhum dos papéis familiares”, quando o principal agressor das meninas abusadas sexualmente é o próprio pai, fugindo do mito do padrasto e do estranho como agressores, porque, neste caso, enquanto a disfunção familiar não atinge as crianças brancas em que o agressor em nem um dos casos foi o pai, ocorrendo apenas com desconhecidos e padrastos, o que apenas significa que as crianças estão expostas não só a vulnerabilidade nas ruas, mas aos desajustes nas famílias, sendo mais um problema relativo à falta de critério para a escolha dos companheiros por parte de suas mães. As meninas negras e pardas estão suscetíveis a todos os tipos de agressores, ficando tanto expostas à vulnerabilidade das ruas, quanto a dentro da sua própria casa, e o mais grave é que o principal agressor é o próprio pai. Confirmando a afirmação de Souza (2006, p.158). “A vida familiar desorganizada, aliada à pobreza, era responsável por um tipo de individuação ultra-egoísta e predatória.” Uma outra afirmação de Saffioti (2006, p.21) também confirma a desorganização familiar na violência sexual:

Laços de consangüinidade não asseguram o amor. Há momentos em que outros sentimentos o esmagam no seio da família. Mais uma vez, não se pode imputar responsabilidades a fatores de natureza individual, porquanto a sociedade fornece o caldo de cultura propício ao desenvolvimento do desamor. (SAFFIOTI, 2007, p.21)

PERFIL DAS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS VITIMIZADAS



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

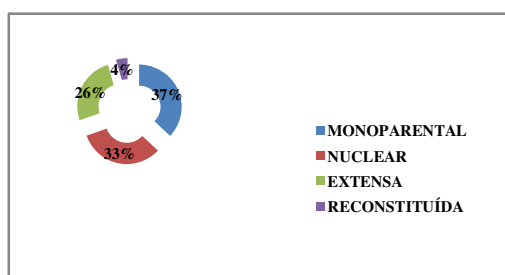
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Buscamos compreender a situação das famílias em relação às ocorrências de violência sexual, expressas nos registros das ocorrências de violência no conselho tutelar e no CREAS. O que nos interessa observar é como o desajuste familiar pode influenciar nas ocorrências de violência sexual. Segundo Jessé de Souza, em seu livro, Florestan Fernandes revela aspectos das dificuldades e desequilíbrios que as famílias dos negros, após a libertação, sofreram:

A tese de Florestan é a de que a família negra não chega a se constituir como uma unidade capaz de exercer as suas virtualidades principais de modelação da personalidade básica e controle de comportamentos egoísticos. Existe aqui, nesse tema central da ausência da unidade familiar como instância moral e social básica, uma continuidade com a política escravocrata brasileira que sempre procurou impedir qualquer forma organizada familiar ou comunitária da parte dos escravos. É a continuidade de padrões familiares disruptivos que é percebida, corretamente, por Florestan, como o fator decisivo para a perpetuação das condições de desorganização social de negros e mulatos. (SOUZA, 2006, p.156)

A análise da situação da família na formação da subcidadania no Brasil, remete a situação da violência sexual no sentido de que meninas vítimas de exploração sexual são na sua maioria de cor negra ou parda. provenientes de famílias desagregadas, além de 80% das crianças e adolescentes serem da cor negra e parda segundo pesquisa da OIT no Estado da Bahia.⁴

FIGURA 3: TIPO DE FAMÍLIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL, NO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA, NO ANO DE 2010.



Fonte: CREAS de Marituba

Uma outra reflexão com relação à família pode ser feita com o tipo que ela se apresenta nas famílias das vítimas de exploração sexual infanto-juvenil. Os

⁴ Pesquisa Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual no estado da Bahia, Instituto Winrock Internacional, Oak Foundation, Governo da Bahia, OIT – Organização Internacional do Trabalho, 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

resultados mostram que a família monoparental (um pai ou mãe e filhos) aparece como a maior ocorrência – com quase 40 %, confirmando a reflexão sobre a origem da subcidadania, quando procedente da “endêmica “matrifocalidade” da família negra e pobre brasileira”(SOUZA, 2006, p. 157). Da mesma forma é o reflexo do que estabelece Arpini (2003, p.57) Atualmente muitas famílias monoparentais, situação em que a mãe fica sendo a responsável pela manutenção da casa, devido à morte do marido ou mesmo sua instabilidade ou ausência do lar. Um outro enfoque pode ser dado à família extensa (além do casal e filhos vivem outros familiares), que pode significar tanto crianças e adolescentes sendo abusados por pessoas conhecidas dentro da sua casa, quando o abusador aproveita-se de uma situação em que a vítima está só, quando um número grande de pessoas convivendo no mesmo ambiente expulsa os moradores para fora do ambiente devido a situações como desconforto do mesmo. Em ambos os casos os tipo de família afeta e expõem a vulnerabilidade da violência sexual.

CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A renda das famílias das crianças e adolescentes atendidas pelos órgãos de defesa da criança e do adolescente pode ratificar a situação de subcidadania a que as pequenas vítimas estão submetidas. Considerando que Souza chama a atenção para o fato de que:

É precisamente o abandono secular do negro e do dependente de qualquer cor à própria sorte a “causa” óbvia de sua inadaptação. Foi este abandono que criou condições perversas de eternização de um “habitus precário”, que constringe esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída. (SOUZA, p. 160)

Para o autor, o negro, mulato e caboclo ficaram e permanecem fora da “sociedade incluída” o que significa não possuir renda capaz de suprir todas as suas necessidades básicas, bem como as de sua família. Esse fato, em Marituba, parece incidir muito na vida das crianças e adolescentes em situação de necessidade de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

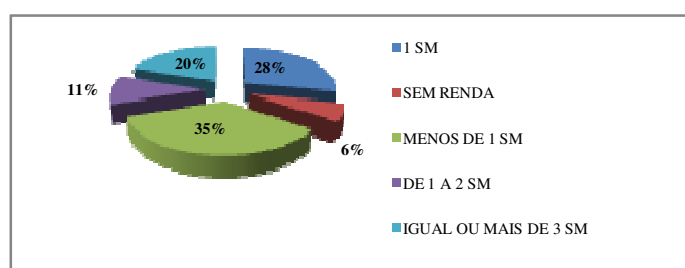
Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

intervenção das instituições governamentais que as defendem. Podemos relacionar esses aspectos com a renda familiar de todas as crianças e adolescentes atendidas.

FIGURA 4: RENDA FAMILIAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA, NO ANO DE 2010.



Fonte: CREAS do Município de Marituba

Nessa perspectiva, parece que as vítimas de violência sexual no município de Marituba são afetadas diretamente pelas rendas de suas famílias, pois das vítimas de violência sexual quase 74% ganham de 0 a 1 salário mínimo. Logo, pode-se dizer que as condições mínimas de sobrevivência contribuem para internalizar uma cultura de violência nesses grupos sociais. Verifica-se que 7% sequer possuem renda, enquanto 37% recebem menos de 1 salário mínimo no mês, e, ainda, 12% recebendo de entre 1 e 2 salários mínimos, e 14% sobrevivem com 3 salários mínimos. Tais resultados estão em consonância com o exposto por Saffioti:

As políticas econômicas implementadas pelo governo da União tem levado a uma crescente concentração de renda nacional em poucas mãos. Atente-se para o fato de que os 20% mais pobres da população perderam, no período considerado, mais do que os 20% mais pobres da população perderam, no período considerado mais de um quarto da sua renda: apropriavam-se de 3,9% da renda nacional, em 1960, e passaram a apropriar-se tão somente de 2,8% em 1980. Em compensação, o 1,0 % mais rico da população teve um aumento de participação na renda nacional de quase 50%. Efetivamente, apropriavam-se de cerca de 12%, em 1960, e passaram, 20 anos depois a serem aquinhoados com 17 % da renda gerada no país. (SAFFIOTI, 2007, p.90)

IDADE DAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

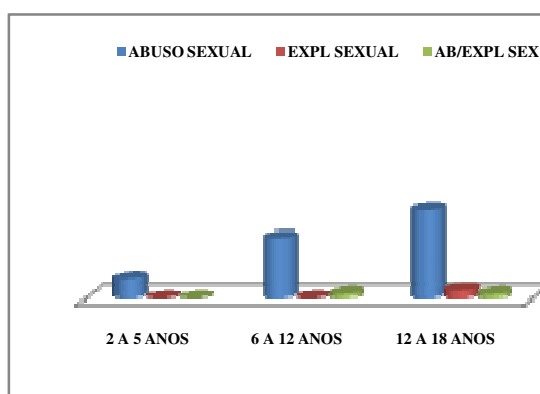
Saffioti, estabelece que, em virtude da alta concentração de renda ser

desfrutada por apenas homens – que ela chama de grande poder ou macropoder – poder esse hierarquicamente ocupado pelo macho branco, em quanto o último lugar da hierarquia é ocupado pela mulher, negra, pobre e criança. Isso apresenta reflexos na violência sexual:

A vitimização de crianças constitui fenômeno extremamente disseminado exatamente porque o agressor detém pequenas parcelas de poder, sem deixar de aspirar o grande poder. Em não se contentando com sua pequena falta de poder e sentindo necessidade de se treinar para o exercício do grande poder, que continua a almejar, exorbita de sua autoridade, ou seja apresenta a *síndrome do pequeno poder*. (SAFFIOTI, 2007, p.17)

Então, a síndrome do pequeno poder apresenta-se na violência sexual infanto-juvenil quando SAFFIOTI (2003, 14) Trata-se do pai que seduziu a filha de 8 anos, com ela mantendo relações sexuais durante anos até que, aos 14 ou 15 anos de idade, a garota engravida.

FIGURA 5: IDADE E TIPO DE VIOLÊNCIA SEXUAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MARITUBA, 2010.



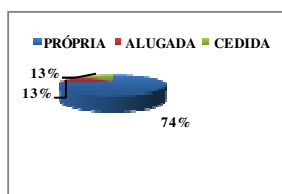
Fonte: CREAS de Marituba

Verificamos que a síndrome do pequeno poder está presente nos casos em que a idade das vítimas vai de 12 a 18 anos, podendo significar a dependência econômica da vítima em relação ao agressor. Nessa faixa etária também ocorre casos de exploração sexual, que pode significar tanto o uso do corpo das vítimas para obter remuneração.



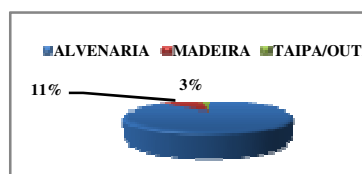
CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

FIGURA 6: SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELO CONSELHO TUTELAR DE MARITUBA, EM 2010.



Fonte: Conselho Tutelar de Marituba

FIGURA 7: TIPO DE HABITAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELO CONSELHO TUTELAR DE MARITUBA, EM 2010.



Fonte: Conselho Tutelar de Marituba

Os dados de todas as crianças atendidas pelo Conselho Tutelar em 2010 demonstram que a percepção do local onde habitam as crianças e os adolescentes vitimizadas e em situação de vulnerabilidade permite que percebamos motivos isolados ou entrelaçados com outros que podem repercutir tanto na subjetividade das vítimas e agressores, quanto nas suas relações extra familiares. É sabido que em ambientes pequenos, onde coabitam muitas pessoas (como nas famílias estendidas), crianças e adolescentes procuram sempre a rua ou outros espaços para permanecerem. Neste aspecto, Saffioti chama a atenção para o fato de que:

Se o abandono material deriva maciçamente de uma iníqua distribuição de renda, sendo a distância entre o salário mais alto e o mais baixo de milhares de vezes, este tipo de sociedade funciona através de uma engrenagem dentre cujas funções encontra-se a vitimação. Há, pois, a nível social, a produção de vítimas. Trata-se de crianças vitimadas pela fome, por ausência de abrigo ou por habitação precária, por falta de escolas, pela exposição a toda sorte de doenças infecto-contagiosas, por inexistência de saneamento básico. (SAFFIOTI, 2006, p. 15)

Há, então, uma estreita ligação entre vitimação e as condições de habitação das crianças e adolescentes em localidades como os bairros “invasões” em Marituba. Desta forma, a partir da análise da situação de habitação das pequenas vítimas atendidas pelo conselho tutelar no ano de 2010, observar-se que os imóveis são na sua maioria próprios (74%), mas, considerando-se que os bairros são oriundos de invasões, isto significa que eles são próprios na medida em que resultam de um processo comum no Estado do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

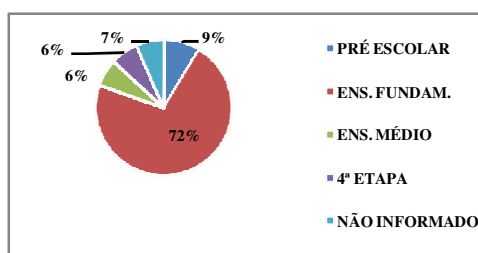
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Pará, quando as famílias buscam, através das “invasões” um meio para obter seu imóvel próprio. A seguir, constroem-se habitações simples, de alvenaria (86%), geralmente com apenas 1 ou 2 cômodos. Neste caso, as ocorrências não dizem respeito, especificamente à violência sexual, das crianças atendidas pelo conselho tutelar, mas no universo de crianças atendidas encontram-se também as vítimas de violência sexual.

NÍVEL ESCOLAR DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

FIGURA 8: NÍVEL ESCOLAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL, EM MARITUBA, NO ANO DE 2010.



Fonte: CREAS de Marituba

Os dados demonstram que as crianças vítimas de violência sexual não estão fora da escola ou são analfabetas. O que parece ocorrer é que a escola não consegue ser um espaço de discussão capaz de prevenir a violência sexual. A universalização do ensino fundamental também se faz presente para as vítimas de violências sexual, assim, a garantia de escola não as livra do risco de sofrer abuso sexual. Só uma escola integral que cumpre o que preceitua o Estatuto da criança e do Adolescente, em seu artigo 3º que estabelece que crianças e adolescentes tem assegurado o direito a ter acesso a facilidades e oportunidades, a fim de facultar-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social pode livrá-las e empoderá-las do conhecimento e possibilidade de protagonizar as sua próprias histórias. Uma escola integral poderia proporcionar atividades complementares que os colocassem muito além do simples repasse de conhecimentos.

DEMANDA POR SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DOS CASOS DE



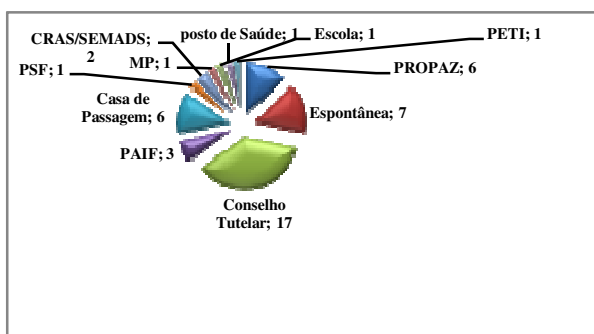
VIOLÊNCIA SEXUAL

A denúncia é um aspecto importante na análise da violência sexual, porque ela pode estar relacionada tanto à revitimização da criança, quanto ao fato da sua família ser ou não uma família “cuidadora” dessa vítima. Nessa circunstância, observa Saffioti: (2006, p.13):

Negligência no cuidado de crianças, assim como maus tratos a ela infligidos e a exploração sexual que delas se faz constituem fenômenos pungentes, que os adultos tendem a ocultar, seja porque eles seriam passíveis de punição criminal, seja porque a descoberta do agressor provocaria o desmoroamento de instituições, cuja gigantesca força deriva, como no caso da família, de seu caráter sagrado. Com efeito dada a sacralidade da instituição familiar, a sociedade marginaliza e estigmatiza aqueles que apontam suas mazelas. No que tange à vitimização sexual de crianças, há que se agregar outro fator relevante. Mesmo nos casos em que a criança é sexualmente vitimizada por um agressor externo ao grupo familiar, estão presentes muitas dificuldades que inibem a iniciativa de se levar a *notícia dos fatos* a quem de direito. (SAFFIOTI, 2006, p. 13)

A autora fala da pessoa que faz a denúncia da violência sexual e das dificuldades que ela enfrenta em tomar a iniciativa para denunciar a violência.

FIGURA 9: ORIGEM DA DEMANDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL, EM MARITUBA, NO ANO DE 2010.



Fonte: CREAS de Marituba

No caso dos registros da origem da demanda de 2010 no CREAS, relativos a violência sexual, chama a atenção que a constatação é feita por várias instituições, mas apenas 7 casos de demanda espontânea, significando que a família é pouco atuante em denunciar. Percebe-se que da escola, do Posto de Saúde da Família e do PETI



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

(Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) notamos apenas uma denúncia de cada órgão em que, talvez, profissionais mais capacitados, mais atentos, mais abertos a essa problemática talvez fossem capazes de encaminhar mais números de casos. Do conselho origina-se a maioria da demanda denotando que a instituição cumpre o seu papel e que a população reconhece a sua função na defesa da criança e do adolescente. Nota-se um movimento de ida e vinda de demanda (como o PROPАЗ para onde são encaminhadas crianças e que as devolve para o CREAS), fato esse que pode estar levando a criança a serem revitimizadas, caso ela tenha que narrar o mesmo abuso em cada uma destas instituições, já que, nosso Estado, ainda não possui “Depoimento sem dano”. Crianças e adolescentes encaminhadas por instituições de saúde revelam consequências físicas como rupturas e sangramentos, revelam violações graves com seqüelas físicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência ora em análise foi debatida levantando-se a sua realidade no município de Marituba. Percebemos os agressores pais, parentes e conhecidos como maiores agentes, o que reveste uma situação, já delicada, de um grau de gravidade inimaginável. Em um município com níveis de pobreza e distribuição de renda tão desiguais, a violência sexual pode surgir como consequência dos espaços e das privações originadas pela pouca renda insuficiente para manter o mínimo de dignidade nas famílias. Esta, está relacionada à vitimização porque é em seu interior que a violência acontece e a sua frágil estrutura contribui.

As ocorrências do fenômeno da violência sexual infanto-juvenil, com suas características e fatores, tais como ocorrem no município de Marituba remete-nos à necessidade de valorizar a criança e o adolescente e questionar qual é o papel das instituições que fazem parte da rede de garantia de direitos, inclusive das polícias e estabelecer qual é a condição e a necessária atuação de cada uma das instituições na defesa da criança e do adolescente vítima da sociedade. Preocupa-nos a revitimização e o trânsito dos registros de um órgão para o outro deixando no ar o questionamento de qual o grau de exposição a que as vítimas foram expostas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Os dados revelam situações de crianças e adolescentes pardas e negras que precisam urgentemente de projetos de inclusão porque as meninas brancas são abusadas sexualmente mas não exploradas sexualmente, e não pelos pais, apenas por terceiros. Então a subcidadania para as meninas(os) pardas e negras vítimas de abuso é muito mais grave porque elas(es) terão que lutar contra a subcidadania a que serão submetidas certamente quando adultas, bem como contra elas(es) mesmas e suas graves sequelas psicológicas deixadas por esse tipo de violência.

Os cenários onde ocorrem a violência sexual em Marituba podem ser um retrato de todos os pontos em todas as cidades do Pará e do Brasil em que ocorre a violência sexual. O fenômeno tem tido grande visibilidade na imprensa, porém para Saffiotti (2006, p.14) apesar de geral mal estar nas pessoas, a vitimação que resulta em milhões de crianças abandonadas no Brasil causa um mal-estar de menor intensidade, porque essa atrocidade é cometida por uma entidade abstrata que é a sociedade. Então, Por ser a sociedade a causadora da vitimação das crianças e adolescentes não há culpa, tal qual a corrupção em que não há uma vítima determinada, portanto não há vítima. No entanto a corrupção dilui-se em toda a sociedade, enquanto a violência sexual concentra-se na pequena vítima que carregará para sempre a sexualidade aviltada e a dignidade limitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira (et al.) (org) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: Estudos de representação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (Orgs.). **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2007.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ARANHA, Débora (Org.). **Pesquisa sobre Tráfico de Crianças e dolescentes para fins de Exploração Sexual no Estado da Bahia.** Salvador: Instituto Winrock Internacional, 2008.

ARPINI, Doria Mônica. **Violência e Exclusão: Adolescência em grupos populares.** Bauru: EDUSC, 2003.

CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio. **Distribuição de Renda no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HELEITH, I. B. Saffioti. **Contribuições para o estudo da violência de gênero.** Campinas: Unicamp, Cadernos Pagu, 2001.

LIBÓRIO, Renata ária Coimbra; SOUSA, Sônia . Gomes. **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: Reflexões Teóricas, Relatos de Pesquisas e Intervenções Psicossociais.** Goiânia: Universidade Católica, 2004.

BARROS, Nívia Valença. **Violência Intrafamiliar contra criança e adolescente: Trajetoria histórica, políticas sociais, práticas e proteção social,** 2005 266f. Tese (Doutoradon em Psicologia), PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2003.

OJIMA, Ricardo; SILVA, Robson Bonifácio da; PEREIRA, Rafael H. Moraes. **A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitórios: Caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira.** Campinas: Fapesp e Cnpq, 2005

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Graças Carvalho; REIS, Jair Naves. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: Caracteríticas relativas a vitimização nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **O Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-Juvenil: Uma Análise de Situação.** Goiânia: Cãnone Editora, 2007.

SOUZA, Vanessa Aparecida de. **Desigualdade social e subcidadania no Brasil.** Curitiba: Sociol. Polit., 2005.

SOUZA, Jessé. **A gramática social da desigualdade brasileira.** RBSC. Vol. 19, 2004.

SOUZA, Roseane Barcelos Marques. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil: Uma avaliação de sua capacidade de retratar a realidade social.** São Paulo: All Print Editora, 2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SOUZA, Jessé. **A construção da subcidadania: Para uma Sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMH, 2006.

SOUZA, Jessé. **(Não) Reconhecimento e Subcidadania, O que é “ser gente?”.** Lua Nova, Nº 59, 2003.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil.** Brasília: Instituto Sangari, Ministério da Justiça. www.mapadaviolencia.org.br.